



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

SPECIAL EDUCATION IN THE INCLUSIVE PERSPECTIVE: CONTRIBUTIONS OF PEDAGOGY FOR THE INTEGRAL FORMATION OF THE STUDENT

EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONTRIBUCIONES DE LA PEDAGOGÍA PARA LA FORMACIÓN INTEGRAL DEL ESTUDIANTE

RESUMO

O presente artigo investiga as contribuições da pedagogia inclusiva para a formação integral de estudantes com deficiência no contexto da educação especial brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na análise crítica de documentos normativos, artigos científicos e obras especializadas publicadas entre 2018 e 2025. Os procedimentos metodológicos envolveram a revisão sistemática de literatura em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e repositórios institucionais, privilegiando fontes indexadas e de acesso aberto. Os principais resultados indicam que a pedagogia inclusiva, fundamentada nos princípios da educação emancipatória e da valorização da diversidade, constitui eixo central para a superação do modelo assistencialista e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. A análise revela que a formação integral demanda currículo flexível, metodologias ativas e formação docente crítica, evidenciando que a educação especial na perspectiva inclusiva transcende a simples adaptação de conteúdos, configurando-se como processo transformador de toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação especial; pedagogia inclusiva; formação integral; desenvolvimento humano; currículo flexível.

ABSTRACT

This article investigates the contributions of inclusive pedagogy to the integral formation of students with disabilities in the context of Brazilian special education. It is a qualitative bibliographic research, based on the critical analysis of normative documents, scientific articles and specialized works published between 2018 and 2025. The methodological procedures involved a systematic literature review in databases such as SciELO, Google Scholar and institutional repositories, privileging indexed and open access sources. The main results indicate that inclusive pedagogy, grounded in the principles of emancipatory education and the valorization of diversity, constitutes a central axis for overcoming the assistentialist model and promoting the integral development of students. The analysis reveals that integral formation demands a flexible curriculum, active methodologies and critical teacher training, evidencing that special education in the inclusive perspective transcends the simple adaptation of contents, configuring itself as a transformative process of the entire school community.

Keywords: Special education; inclusive pedagogy; integral formation; human development; flexible curriculum.

RESUMEN

El presente artículo investiga las contribuciones de la pedagogía inclusiva para la formación integral de estudiantes con discapacidad en el contexto de la educación especial brasileña. Se trata de una investigación bibliográfica de naturaleza cualitativa, fundamentada en el análisis crítico de documentos normativos, artículos científicos y obras especializadas publicadas entre 2018 y 2025. Los procedimientos metodológicos involucraron la revisión sistemática de literatura en bases de datos como SciELO, Google Académico y repositorios institucionales, privilegiando fuentes indexadas y de acceso abierto. Los principales resultados indican que la pedagogía inclusiva, fundamentada en los principios de la educación emancipadora y la valorización de la diversidad, constituye un eje central para la superación del modelo asistencialista y la promoción del desarrollo integral de los estudiantes. El análisis revela que la formación integral demanda un currículo flexible, metodologías activas y

formación docente crítica, evidenciando que la educación especial en la perspectiva inclusiva trasciende la simple adaptación de contenidos, configurándose como un proceso transformador de toda la comunidad escolar.

Palabras clave: Educación especial; Pedagogía inclusiva; Formación integral; Desarrollo humano; Currículo flexible.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira atravessa momento de profundas transformações normativas e conceituais acerca da educação especial na perspectiva inclusiva. A consolidação do paradigma inclusivo, iniciada com a Declaração de Salamanca em 1994 e reafirmada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), impõe aos sistemas educacionais a necessidade de reorganização estrutural para garantir a formação integral de todos os estudantes. Nesse contexto, a pedagogia inclusiva emerge como campo específico de investigação e prática, comprometido com a eliminação de barreiras e a promoção do desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

A compreensão atual de formação integral ultrapassa a lógica fragmentada que historicamente caracterizou o atendimento às pessoas com deficiência. Segundo a UNESCO (2020), a educação inclusiva deve ser compreendida como processo transformador que garante a plena participação e o acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos, respeitando e valorizando a diversidade. Essa perspectiva implica reconhecer que a formação integral não se limita ao desenvolvimento cognitivo, mas abarca as dimensões social, emocional, física e ética do ser humano.

A justificativa desta pesquisa reside na constatação de que, apesar dos avanços legislativos representados pela Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), pelo Decreto 10.502/2020 (Brasil, 2020) e pelo mais recente Decreto 12.686/2025 (Brasil, 2025), persistem significativas lacunas entre o discurso normativo e a implementação efetiva de práticas que promovam a formação integral dos estudantes com deficiência. Como apontam Santos e Lima (2020), a formação docente continua sendo um dos principais gargalos para a consolidação da educação inclusiva, uma vez que os cursos de licenciatura ainda não integram de maneira satisfatória as temáticas da deficiência e da pedagogia inclusiva em seus currículos.

Esta investigação fundamenta-se na problematização de como os professores têm lidado com as demandas de estudantes que apresentam necessidades

educacionais especiais em salas de aula regulares. Como as escolas têm garantido condições materiais e pedagógicas para a efetivação da formação integral desses estudantes? Que estratégias metodológicas têm sido desenvolvidas para promover o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões?

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar as contribuições da pedagogia inclusiva para a formação integral do estudante com deficiência no contexto da educação especial brasileira. Como objetivos específicos, busca-se: (i) mapear o marco normativo e conceitual que fundamenta a educação especial na perspectiva inclusiva; (ii) identificar os desafios e potencialidades das metodologias pedagógicas para o desenvolvimento integral dos estudantes; (iii) analisar as estratégias de formação docente para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

A estrutura do trabalho organiza-se da seguinte forma: após esta introdução, o referencial teórico apresenta três eixos fundamentais (concepções de formação integral na educação inclusiva, políticas públicas e marcos normativos, e pedagogia e metodologias inclusivas), seguido pela metodologia, que detalha os procedimentos de pesquisa bibliográfica. Os resultados e discussão analisam os achados da revisão de literatura, e as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo para o campo educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Concepções de formação integral na educação inclusiva

A compreensão teórica da formação integral na educação inclusiva tem evoluído significativamente nas últimas décadas, distanciando-se de abordagens fragmentadas que focalizavam exclusivamente aspectos cognitivos ou funcionais da deficiência. Essa transformação conceitual implica reconhecer que a formação integral constitui direito fundamental e processo dinâmico de desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

A concepção de formação integral fundamenta-se na compreensão de que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, possuem potencialidades múltiplas que devem ser desenvolvidas de forma integrada. Conforme apresenta Mantoan (2023), a educação inclusiva representa processo permanente de transformação das escolas, visando garantir a participação plena de todos os estudantes em suas dimensões de acesso, permanência, aprendizagem e

convivência. Essa perspectiva exige a superação de modelos educacionais homogeneizadores que historicamente reduziram a educação especial à simples adaptação de conteúdos.

A análise das políticas internacionais revela que o movimento inclusivo ganhou impulso decisivo a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabeleceu as escolas regulares como os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias e construir sociedades inclusivas. Esse documento fundamentou as reformas educacionais em diversos países, incluindo o Brasil, onde influenciou diretamente a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e suas atualizações posteriores.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008 e internalizada com status de emenda constitucional pelo Decreto 6.949/2009, estabeleceu novo paradigma jurídico para a educação inclusiva. O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência emitiu o Comentário Geral nº 4 em 2016, esclarecendo que a educação inclusiva deve ser compreendida como processo sistêmico de transformação, não limitado à mera presença física do estudante com deficiência na escola comum.

Nesse sentido, a UNESCO (2020) apresenta a educação inclusiva como processo transformador que garante a plena participação e o acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos, respeitando e valorizando a diversidade. Essa concepção ampla implica que a formação integral não se restringe ao desenvolvimento acadêmico, abrangendo todas as dimensões do ser humano: cognitiva, social, emocional, física e ética.

A transição do modelo médico para o modelo social da deficiência representa mudança epistemológica fundamental para a compreensão da formação integral. Enquanto o primeiro localizava o problema na pessoa com deficiência, exigindo sua adaptação às estruturas existentes, o segundo reconhece que as barreiras são construídas socialmente e devem ser eliminadas pelo ambiente. Como argumenta Skliar (2006, p. 45):

A inclusão que é "nossa" exige que reconheçamos a diferença como constitutiva da humanidade, não como atributo de um "outro" que precisa ser normalizado ou integrado. Trata-se de construir ambientes educativos onde a diversidade seja valorizada como riqueza e não tolerada como exceção.

Essa citação evidencia a necessidade de inversão da lógica tradicional de organização escolar. O autor destaca que a formação integral efetiva requer mudanças estruturais que vão além de adaptações pontuais, demandando uma reconfiguração dos processos de ensino e aprendizagem que valorizem a diversidade como elemento constitutivo do ambiente educativo.

A implementação dessa concepção implica desafios significativos para os sistemas educacionais. A pesquisa de Almeida e Ferreira (2021) sobre práticas pedagógicas em educação integral revela que, embora existam avanços na legislação, a prática pedagógica ainda está aquém do ideal de formação integral, especialmente no que tange ao desenvolvimento das dimensões socioemocional e ética dos estudantes.

2.2 Políticas públicas, direitos e marcos normativos

O desenvolvimento das políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil resulta de processo histórico de mobilização social e avanços jurídicos que consolidaram o direito à educação como fundamental e inalienável. A análise do marco normativo revela trajetória de ampliação progressiva das garantias à formação integral dos estudantes com deficiência.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu as bases para a educação inclusiva ao determinar que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com base na igualdade de condições de acesso e permanência na escola. O artigo 208, inciso III, da Carta Magna previu especificamente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representou avanço significativo ao estabelecer em seu artigo 27 que a educação é direito das pessoas com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizagem ao longo de vida. O artigo 28 determina que o Estado deve criar, desenvolver, implementar, incentivar, monitorar e avaliar o sistema educacional inclusivo, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

O Decreto 10.502/2020 instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida (PNEE), estabelecendo diretrizes para a implementação de práticas inclusivas no sistema educacional

brasileiro. Conforme analisam os documentos oficiais (Brasil, 2020), a PNEE busca garantir o direito à educação para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, promovendo sua inclusão em todos os níveis de educação.

Mais recentemente, o Decreto 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, representando avanço significativo no enfrentamento ao capacitismo e na garantia de acessibilidade em todos os níveis de ensino. Conforme estabelece o artigo 2º do referido decreto (Brasil, 2025), a política visa assegurar o direito à educação em sistema inclusivo, voltado a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

A análise crítica dessas políticas revela tensões entre os discursos normativos e as práticas implementadas. O relatório "Educação Já: Educação Inclusiva" (Todos Pela Educação, 2022) aponta que, apesar dos avanços legislativos, persistem desafios estruturais como a falta de formação adequada para professores, a insuficiência de recursos de acessibilidade e a resistência de segmentos do sistema educacional à inclusão plena.

A efetivação dessas políticas depende crucialmente de investimentos em infraestrutura, recursos humanos e formação docente. Como argumenta Ainscow (2024), a inclusão educacional requer abordagem multidimensional que considere não apenas as características dos estudantes, mas também as condições pedagógicas, culturais e políticas das escolas. O autor destaca que sistemas educacionais eficazes são aqueles que desenvolvem capacidades para responder à diversidade de maneira flexível e criativa.

A análise das políticas públicas deve considerar também as contradições e retrocessos observados no período recente. Apesar dos avanços representados pelo Decreto 12.686/2025, a implementação efetiva das políticas de formação integral ainda enfrenta resistências institucionais e falta de financiamento adequado, conforme apontam Pereira (2021) e Santos e Oliveira (2019).

2.3 Pedagogia e metodologias inclusivas

A pedagogia inclusiva constitui eixo central para a efetivação da formação integral dos estudantes com deficiência, uma vez que os professores são os principais agentes na implementação das políticas de inclusão no cotidiano escolar. A análise da literatura especializada revela a necessidade de superação de abordagens tecnicistas em favor de metodologias críticas e emancipatórias.

A pesquisa desenvolvida por Jesus *et al.* (2025) demonstra que a formação continuada de professores voltada para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista ainda é insuficiente, gerando insegurança no trabalho com estudantes que necessitam de adaptações pedagógicas significativas. Esse achado é corroborado por estudos mais recentes que indicam a necessidade urgente de reformulação curricular nos cursos de formação de professores.

A pedagogia inclusiva fundamenta-se nos princípios da educação emancipatória, conforme apresenta Freire (2001), que defende a pedagogia da autonomia como processo de conscientização e transformação social. Nessa perspectiva, a formação integral do estudante com deficiência não se limita ao domínio de conteúdos, mas implica o desenvolvimento de sua capacidade crítica, autonomia e participação ativa na sociedade.

A formação para a inclusão deve transcender a abordagem tecnicista centrada apenas em deficiências específicas, assumindo perspectiva crítica que compreenda a diversidade como dimensão constitutiva do processo educativo. Conforme apresenta Libâneo (2025) em recente entrevista, a formação docente deve preparar os professores para uma escola socialmente justa, capaz de responder às desigualdades que permeiam a sociedade brasileira.

A adesão a programas de formação continuada ainda é insuficiente, limitando a implementação de práticas inclusivas eficazes. Souza (2014) analisa as políticas públicas de capacitação de professores e conclui que a educação inclusiva efetiva depende da articulação entre formação inicial, capacitação permanente e suporte institucional adequado.

O desenvolvimento de metodologias ativas apresenta-se como estratégia promissora para a educação inclusiva. Gomes e Santos (2025) investigaram a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física, demonstrando que abordagens pedagógicas centradas no estudante favorecem a participação e o

engajamento de alunos com diferentes perfis de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento físico, social e emocional.

A utilização de tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade também se configura como elemento essencial das práticas inclusivas. A pesquisa de Rocha *et al.* (2025) sobre recursos para o ensino de alunos autistas revela que a disponibilidade de recursos tecnológicos adequados potencializa significativamente as possibilidades de aprendizagem e comunicação dos estudantes com deficiência.

A formação docente para a inclusão deve contemplar ainda o desenvolvimento de atitudes positivas em relação à diversidade. Mantoan (2023) enfatiza que a inclusão escolar depende fundamentalmente da disposição dos professores em acolher a diferença e em se comprometer com a formação integral de todos os estudantes. Essa dimensão afetiva e ética da formação frequentemente é negligenciada em programas de capacitação tecnicistas.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como estudo bibliográfico de natureza qualitativa, fundamentado na revisão sistemática de literatura especializada sobre educação especial na perspectiva inclusiva e formação integral do estudante. O procedimento metodológico adotou abordagem indutivo-dedutiva, articulando a análise de documentos normativos com a revisão crítica de produções acadêmicas recentes.

A coleta de dados fundamentou-se em consulta a bases de dados acadêmicas de acesso aberto e indexadas, prioritariamente SciELO, Google Acadêmico, repositórios institucionais de universidades brasileiras e portais oficiais do Ministério da Educação. Os critérios de inclusão consideraram publicações no período de 2018 a 2025, em língua portuguesa, com foco no contexto educacional brasileiro, privilegiando artigos de periódicos, teses, dissertações, livros e documentos oficiais.

A análise dos materiais seguiu técnica de análise de conteúdo categorial, organizada em três eixos temáticos: (i) fundamentos teórico-conceituais da formação integral na educação inclusiva; (ii) políticas públicas e marcos normativos; (iii) pedagogia e metodologias inclusivas. A interpretação dos dados considerou o contexto sócio-histórico de produção dos documentos, buscando identificar convergências, divergências e lacunas no campo investigado.

As considerações éticas foram observadas mediante o uso exclusivo de fontes de domínio público ou de acesso aberto, respeitando os direitos autorais e as normas

de citação acadêmica. A pesquisa não envolveu seres humanos, tratando-se exclusivamente de análise documental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão bibliográfica permitem organizar a análise em três dimensões fundamentais: a consolidação do marco normativo brasileiro para a formação integral, os desafios da implementação de metodologias pedagógicas inclusivas, e as estratégias de formação docente para a promoção do desenvolvimento integral.

Quanto ao marco normativo, verifica-se que o Brasil possui legislação avançada em termos de reconhecimento do direito à formação integral. A Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), o Decreto 10.502/2020 (Brasil, 2020) e o Decreto 12.686/2025 (Brasil, 2025) estabelecem bases jurídicas robustas para a educação especial inclusiva, alinhando-se à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e às diretrizes internacionais da UNESCO. No entanto, a análise de Todos Pela Educação (2022) revela que a implementação dessas normas enfrenta obstáculos estruturais significativos, especialmente no que tange ao financiamento adequado e à fiscalização das políticas inclusivas.

O Decreto 12.686/2025 representa avanço significativo ao estabelecer a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva e ao definir parâmetros mínimos de formação para professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Conforme preconiza o artigo 18 do referido decreto (Brasil, 2025), a formação deve contemplar carga horária mínima de 80 horas e possibilidade de formação continuada, o que potencializa as condições para a implementação de práticas pedagógicas que promovam a formação integral.

No entanto, a pesquisa de Jesus *et al.* (2025) sobre formação continuada de professores revela que a implementação efetiva das políticas ainda é desigual entre as diferentes redes de ensino. Em muitos contextos, a formação docente continua sendo pontual e descontextualizada, sem a integração necessária para garantir a continuidade pedagógica e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A formação docente constitui o desafio mais recorrente identificado na literatura analisada. Santos e Oliveira (2019) demonstram que a maioria dos professores em exercício não recebeu formação específica para o trabalho com

estudantes com deficiência durante sua graduação. Essa lacuna formativa gera sentimentos de insegurança e inadequação, manifestados frequentemente como resistência à inclusão ou como dependência excessiva de profissionais especializados.

A pesquisa de Almeida e Ferreira (2021) evidencia que a educação integral, quando implementada de forma efetiva, promove o desenvolvimento de competências socioemocionais e éticas dos estudantes. No entanto, os autores constataam que a prática pedagógica ainda está aquém do ideal de formação integral, especialmente no que tange ao desenvolvimento das dimensões não cognitivas dos estudantes com deficiência.

Em contraponto a esses desafios, os estudos sobre metodologias ativas apresentam resultados promissores. Gomes e Santos (2025) investigaram a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física e constataram que abordagens pedagógicas centradas no estudante favorecem não apenas o desenvolvimento físico, mas também o social e emocional, promovendo a formação integral em suas múltiplas dimensões.

A pesquisa de Rocha *et al.* (2025) sobre recursos para o ensino de alunos autistas revela que a utilização de tecnologias assistivas e recursos de comunicação alternativa potencializa significativamente as possibilidades de aprendizagem e participação social dos estudantes. Esses recursos, quando integrados a uma pedagogia inclusiva, contribuem para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania.

A análise dos dados revela que a efetivação da formação integral depende de articulação entre múltiplos fatores: marco normativo favorável, currículo flexível, metodologias ativas, recursos pedagógicos adequados, formação docente qualificada e gestão escolar comprometida com a inclusão. A ausência ou fragilidade de qualquer desses elementos compromete a cadeia de implementação das políticas de formação integral.

Os resultados indicam ainda que a cultura escolar constitui dimensão decisiva para a inclusão. Escolas que desenvolvem práticas colaborativas, onde professores, especialistas e gestores trabalham de forma integrada, apresentam melhores resultados na formação integral de estudantes com deficiência. Essa constatação alinha-se às recomendações da UNESCO (2020) sobre a importância de criar comunidades educativas inclusivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu analisar as contribuições da pedagogia inclusiva para a formação integral do estudante com deficiência no contexto brasileiro contemporâneo, revelando avanços significativos no marco normativo, mas também desafios persistentes na implementação prática das políticas de educação especial inclusiva.

O estudo confirmou que o Brasil possui legislação alinhada aos mais altos padrões internacionais de proteção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que tange à formação integral. A Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), o Decreto 10.502/2020 (Brasil, 2020) e, mais recentemente, o Decreto 12.686/2025 (Brasil, 2025) estabelecem bases jurídicas robustas para a educação especial inclusiva, reconhecendo-a como direito fundamental e não como concessão dependente de avaliações técnicas. No entanto, a transição do discurso normativo para as práticas pedagógicas cotidianas ainda é incompleta, configurando o principal desafio para a efetivação da formação integral.

A análise dos resultados evidencia que a formação docente representa o elo mais frágil na cadeia de implementação da educação especial inclusiva. A constatação de que a maioria dos cursos de licenciatura não integra de forma satisfatória as temáticas da deficiência e da pedagogia inclusiva em seus currículos aponta para a necessidade urgente de reformulação da formação inicial de professores. Essa lacuna histórica tem gerado profissionais inseguros e despreparados para lidar com a diversidade, perpetuando práticas que não contemplam todas as dimensões do desenvolvimento humano.

O Atendimento Educacional Especializado, componente essencial da política inclusiva, revela-se em muitos contextos desarticulado da prática pedagógica da classe comum. Para que o AEE cumpra efetivamente sua função de apoio à formação integral, torna-se necessário superar a lógica de funcionamento paralelo e promover sua integração ao trabalho dos professores regulares, configurando-se como espaço de formação continuada e de desenvolvimento de estratégias pedagógicas compartilhadas.

As metodologias ativas e o currículo flexível apresentam-se como caminhos promissores para a promoção da formação integral. Essas abordagens, centradas no desenvolvimento de competências múltiplas e na eliminação de barreiras desde a

concepção dos materiais e espaços, beneficiam não apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar, promovendo uma educação de qualidade para todos.

A pesquisa revelou ainda que a cultura escolar e a gestão educacional desempenham papel decisivo na efetivação da formação integral. Escolas que desenvolvem práticas colaborativas, onde há diálogo constante entre professores, especialistas, gestores e famílias, constroem ambientes mais acolhedores e eficazes para o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Essa dimensão relacional e ética da inclusão frequentemente é negligenciada em políticas focadas exclusivamente em aspectos técnicos e estruturais.

A efetivação da formação integral de estudantes com deficiência demanda investimentos sustentados em infraestrutura acessível, recursos pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e, principalmente, na formação e valorização dos professores. A educação especial inclusiva de qualidade não se constrói com base na boa vontade individual, mas requer políticas públicas consistentes, financiamento adequado e mecanismos de fiscalização que garantam a implementação das normas estabelecidas.

Como limitação do estudo, destaca-se o caráter bibliográfico da pesquisa, que não incorporou dados empíricos de campo. Estudos futuros poderiam investigar, por meio de abordagens etnográficas, as práticas pedagógicas inclusivas em contextos específicos, revelando as micropolíticas da formação integral no cotidiano escolar.

Para a prática docente, este estudo sugere a importância de desenvolver atitudes de abertura à diversidade, buscando formação continuada e colaboração com profissionais especializados. Para a gestão escolar, recomenda-se a criação de espaços de diálogo e planejamento coletivo que integrem o AEE ao trabalho pedagógico regular. Para as políticas públicas, evidencia-se a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada de professores, na acessibilidade física e comunicacional das escolas, e na produção de materiais didáticos flexíveis.

A pedagogia inclusiva e a educação especial configuram-se, portanto, como campos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A efetivação da formação integral de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, constitui não apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético com a dignidade humana e com a construção de uma escola que realize plenamente seus objetivos de formação integral dos cidadãos.

6 REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Desenvolvendo sistemas educacionais inclusivos: desafios e possibilidades. *Educação em Foco*, v. 25, n. 1, p. 99-115, 2024.

ALMEIDA, J. B.; FERREIRA, M. A. Práticas pedagógicas em educação em tempo integral: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 1, p. 45-63, 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOMES, G. N.; SANTOS, L. E. S. Educação física e inclusão: contribuições de Paulo Freire para uma formação humanizadora. *Revista Momento*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2025.

JESUS, M. S. *et al.* Formação continuada de professores e inclusão de estudantes com TEA: revisão sistemática (2020-2025). *Revista Fórum de Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2025. DOI: <https://doi.org/10.69849/revistaft/pa10202508101622>

LIBÂNEO, José Carlos. Entrevista com o professor José Carlos Libâneo. *Revista Educação em Análise*, v. 10, n. 1, p. e52203, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2025.v10.52203>

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 3. ed. São Paulo: Moderna, 2023.

PEREIRA, R. M. Políticas públicas para a educação inclusiva: avanços e desafios. *Educação & Sociedade*, v. 42, n. 154, p. 301-319, 2021.

ROCHA, B. B. *et al.* A importância da comunicação: recursos para o ensino de alunos autistas. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 4, p. e14040, 2025.

SANTOS, A. P.; OLIVEIRA, L. F. Formação de professores para a educação inclusiva em tempo integral. *Educação & Sociedade*, v. 40, n. 144, p. 124-142, 2019.

SANTOS, A. L.; LIMA, R. M. Políticas de inclusão na educação básica: avanços e desafios. *Revista de Políticas Educacionais*, v. 18, n. 2, p. 123-138, 2020.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006. p. 45-62.

SOUZA, R. C. Formação de professores para a educação inclusiva. *Revista Educação Especial*, v. 27, n. 52, p. 607-622, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação já: educação inclusiva*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022.

UNESCO. *Relatório de monitoramento global da educação 2020: inclusão e educação: todos, sem exceção*. Paris: UNESCO, 2020.

